

EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS DE 2017 A 2023

Tayara Christine Fabrício da Silva ¹

Adriano José Peres Bezerra Filho ²

José Luan de Lima Silva ³

Rafael Silva Fonseca ⁴

Ernani Nunes Ribeiro ⁵

RESUMO

O aumento significativo de matrículas de pessoas com deficiência em salas de aula comuns na educação básica coexiste com desafios que resultam em altas taxas de retenção e evasão escolar. Estes desafios estão vinculados à persistência de concepções educacionais tradicionais, elitistas e excludentes, que não consideram elementos históricos, sociais, econômicos, raciais, de gênero e particularidades intrínsecas das pessoas com deficiência. Na educação em ciências da natureza, a inclusão adequada desses sujeitos requer atenção a diversos aspectos, incluindo espaços, equipamentos, recursos didáticos, práticas, metodologias e a dimensão afetiva. Este estudo propôs-se a realizar uma Revisão Sistemática de Literatura sobre essa temática no período de 2017 a 2023. No que concerne à metodologia empregada, a revisão foi conduzida mediante a seis pesquisas na plataforma "portal de periódicos da CAPES" com as palavras-chave "Educação em ciências", "Ensino de ciências", "educação inclusiva", "inclusão" e "deficiência", utilizando filtros de busca e algarismos booleanos, e selecionados a partir de critérios de inclusão e exclusão. Os resultados indicam escassez de estudos e um crescimento gradual e lento de publicações ao longo dos anos. Predomina a orientação para investigar o cenário de publicações em ciências da natureza e pessoas com deficiência, com limitada atenção à experiência do estudante. Apesar dos esforços dos professores em adaptar práticas e metodologias, persiste um despreparo devido a fragilidades em suas formações, sinalizando a necessidade de uma reestruturação no sistema educacional brasileiro para efetiva inclusão de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação em Ciências, Ensino de Ciências, Pessoas com Deficiência, Deficiência.

INTRODUÇÃO

A classificação dos indivíduos com base em seus atributos gera exigências normativas de identidade que são necessárias para a ocupação de espaços nos ambientes sociais. Aqueles que possuem características divergentes da métrica culturalmente construída e naturalizada

¹ Mestranda do Curso de **Educação** da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, tayara.fabricio@ufpe.br;

² Mestrando do Curso de **Educação** da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, adriano.peres@ufpe.br;

³ Graduando do Curso de **Licenciatura em Educação Física** da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, jose.luan@ufpe.br;

⁴ Graduando do Curso de **Licenciatura em Ciências Biológicas** da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rafael.silvafonseca@ufpe.br;

⁵ Professor orientador: Professor Doutor da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória – CAV - UFPE, ernani.ribeiro@ufpe.br

atraem atenção negativa obscurecendo outras potencialidades que possuem (Goffman, 2004; Ribeiro, 2020). Tais métricas promovem padrões excludentes que impedem esses indivíduos de acessar de forma equitativa oportunidades de desenvolvimento e participação social. Essa estrutura social é refletida e perpetuada no ambiente educacional que incorpora seus padrões comportamentais atuando como produtor e reproduzidor de diversas formas de exclusão, sejam elas culturais, étnicas, estéticas, econômicas, etárias, sexuais, de gênero ou comportamentais (Bourdieu; Passeron, 2014).

Para pessoas com deficiência, cuja condição tem sido associada a patologias, não funcionalidade e incapacidade (Rosetto et al. 2006; Rodrigues; Maranhe, 2012; Sasaki, 2012), uma vez que inseridos no espaço educacional, frequentemente tem suas capacidades e potencialidades subestimadas, concebidas como incapazes de aprender e acompanhar outros estudantes sem deficiência.

O empoderamento das pessoas com deficiência trouxe à luz a percepção de que suas desvantagens não eram inerentes a limitações pessoais, mas sim resultantes de uma sociedade insensível à diversidade. Esse entendimento catalisou Movimentos Sociais Inclusivos que buscavam protagonismo, autonomia e poder de expressão em todos os segmentos sociais, incluindo a educação. Tais movimentos culminaram em marcos históricos importantes tanto em nível nacional quanto internacional, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabelecendo direitos fundamentais aplicáveis a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência; o movimento global "Nada Sobre Nós Sem Nós" (década de 1980-90) que enfatizou a importância da participação direta das pessoas com deficiência nas decisões que afetam suas vidas; a Constituição Brasileira de 1988 que garante os direitos das pessoas com deficiência; a Declaração de Salamanca (1994) promovendo a educação inclusiva como um direito fundamental; a "Nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva" (2008) que instituiu políticas para promover a inclusão de estudantes com deficiência no sistema educacional regular; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), 2015, garantiu direitos e liberdades fundamentais, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades, e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela ONU em 2015, incluiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais o ODS 4 enfatiza a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.

Apesar dos avanços no processo de inclusão de pessoas com deficiência, ainda há um paradoxo que revela a inadequação da educação atual em preparar eficientemente essas pessoas para ocuparem espaços sociais. Quase 70% das pessoas com deficiência não possuem instrução ou têm o ensino fundamental incompleto (Brasil, 2019). A taxa de analfabetismo entre elas é

cinco vezes maior em comparação com pessoas sem deficiência, além de apresentarem menor taxa de escolarização e frequência escolar (Brasil, 2022a). Apenas 5% das pessoas com deficiência concluem o ensino superior, sendo a maioria homens com deficiência física, o que representa três vezes menos que a taxa entre pessoas sem deficiência (Brasil, 2022a; 2022b). No mercado de trabalho, há aproximadamente 17,5 milhões de pessoas com deficiência em idade laboral, mas apenas 5,1 milhões estão inseridas na força de trabalho, o que é 2,3 vezes menos do que a participação de pessoas sem deficiência. Além disso, essas pessoas possuem menor rendimento médio e uma taxa de trabalho informal maior em comparação com pessoas sem deficiência (Brasil, 2022a).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, um plano de ação global que visa erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030, tem no seu objetivo 4 (ODS 4) a educação de qualidade (United Nations Sustainable Development Goals, 2024). A meta 4.7, especificamente, enfatiza a importância de:

garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável qualidade (United Nations Sustainable Development Goals, 2024).

Nesse contexto, a Educação em Ciências assume um papel crucial ao abordar não apenas questões referentes ao ensino, mas também aos aspectos sociais, culturais e éticos das ciências e dos sujeitos com o objetivo de capacitar cidadãos críticos, ativos, conscientes e capazes de enfrentar os desafios contemporâneos (BRASIL, 2017). No entanto, é precisamente nessa área que a exclusão de pessoas com deficiência se manifesta de maneira particularmente acentuada. As disciplinas científicas são tradicionalmente vistas como áreas de alta complexidade, exigindo uma série de habilidades e conhecimentos que muitas vezes são percebidos como inacessíveis para pessoas com deficiência. Além disso, essa área frequentemente não considera questões sociais e afetivas que são essenciais para um processo educacional efetivo.

Com a justificativa da necessidade de compreender melhor como a Educação em Ciências tem sido abordada no contexto da inclusão de estudantes com deficiência, o presente trabalho busca responder à seguinte pergunta norteadora: "Quais as categorias temáticas predominam nos artigos sobre Educação em Ciências destinados à inclusão de estudantes com deficiência, publicados entre 2017 e 2023?". O objetivo geral é realizar uma Revisão Sistemática da Literatura nas publicações nacionais que tratam da interseção entre Educação em Ciências e Educação Inclusiva no período de 2017 a 2023. E mais especificamente,

pretende-se avaliar a qualidade desses trabalhos, identificar os temas mais frequentemente abordados e determinar quais deficiências são mais discutidas nessas publicações.

METODOLOGIA

A presente Revisão Sistemática de Literatura (RSL) foi fundamentada a partir de um protocolo adaptado de RSL estabelecidas por Denyer e Tranfield (2009), objetivando ampliar a compreensão das interseções entre Educação Inclusiva e Educação em Ciências. Este método é essencial para sintetizar evidências científicas consolidadas, avaliando contribuições, identificando lacunas e delineando tendências observadas nas publicações sobre o tema (Denyer e Tranfield, 2009). A revisão propõe-se a fortalecer a base de evidências que suportarão futuras investigações e práticas pedagógicas, bem como o desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas.

Inicialmente, foi formulada a questão de pesquisa: "Quais as categorias temáticas predominam nos artigos sobre Educação em Ciências destinadas à inclusão de estudantes com deficiência, publicados entre 2017 e 2023?". Em sequência, procedeu-se com a identificação dos estudos realizada na base de dados eletrônica Portal de Periódicos da CAPES. Este recurso foi escolhido devido ao seu vasto acervo e facilidade de acesso a publicações nacionais (CAPES, 2022). A estratégia de busca incluiu as palavras-chave "Educação em Ciências", "Ensino de Ciências", "Deficiência", "Educação Inclusiva", e "Inclusão", conectadas através de operadores booleanos e restritas ao período de 2017 a 2023.

A seleção dos artigos foi guiada por critérios de inclusão e exclusão claramente definidos. Foram incluídos estudos que abordam simultaneamente Educação Inclusiva e Educação em Ciências, focados em pessoas com deficiência e especificamente nas ciências da natureza. Foram excluídos trabalhos que discutem inclusão relacionada a outras temáticas como gênero, idade ou raça, bem como aqueles centrados nas ciências exatas ou humanas e duplicatas.

Para avaliar a qualidade dos estudos, cada artigo foi analisado com base na sua classificação na escala Qualis, o que proporciona uma garantia de confiabilidade e relevância acadêmica. Posteriormente, procedeu-se à extração de dados, que contemplou a classificação Qualis dos artigos, o público-alvo a que se destinam e as principais temáticas abordadas.

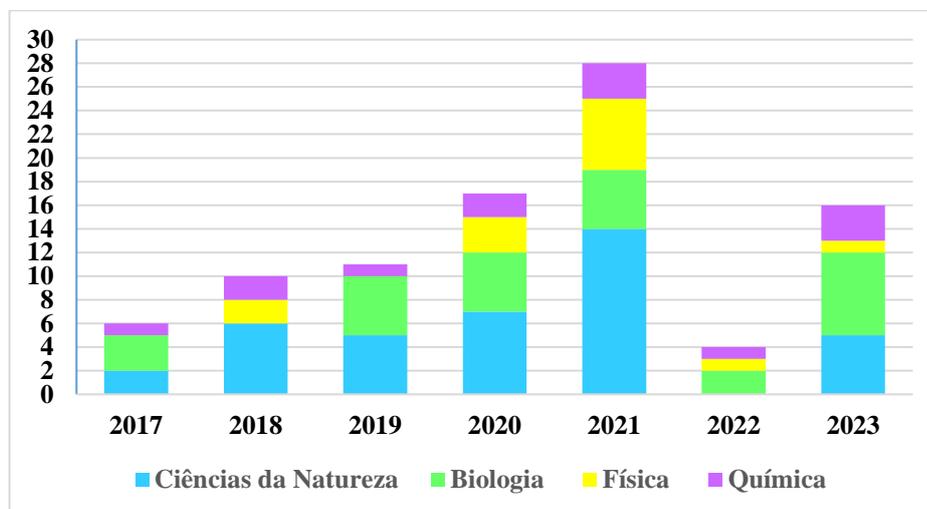
Finalmente, os dados coletados foram analisados e sintetizados. Esta etapa final foi essencial para identificar as tendências dominantes, avaliar as contribuições substantivas e destacar as lacunas ainda presentes no corpus de conhecimento. Os resultados e discussões

derivados desta análise foram organizados para fornecer uma compreensão ampla e detalhada sobre o desenvolvimento da Educação em Ciências do ponto de vista da inclusão ao longo do período estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada utilizando a combinação dos descritores, resultando em seis buscas distintas que geraram um total de 436 resultados. Após a aplicação rigorosa dos critérios de inclusão e exclusão, um conjunto de 92 artigos científicos foi selecionado para análise mais aprofundada. É importante destacar que nas buscas onde os descritores “inclusão” e “educação inclusiva”, que não especificam o público-alvo, emergiram temas adicionais, tais como discussões sobre gênero e raça. No entanto, a maioria dos estudos identificados estava focada em pessoas com deficiência. A distribuição anual e por área de conhecimento dessas publicações é apresentada de forma detalhada no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Distribuição Anual de publicações por Disciplina na área de Educação em Ciências e Educação Inclusiva (2017-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

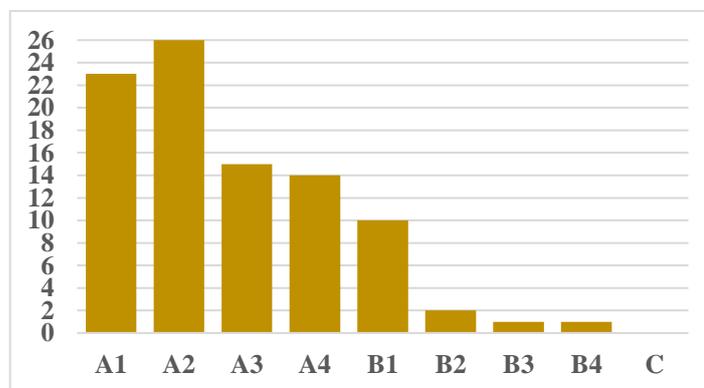
As publicações relacionadas às temáticas de Educação Inclusiva nas Ciências da Natureza observaram um crescimento contínuo até o ano de 2021, quando alcançaram seu ápice. No entanto, nos anos subsequentes de 2022 e 2023, registrou-se uma queda acentuada nas publicações, uma tendência que pode ser atribuída aos impactos prolongados da pandemia de COVID-19. Os atrasos operacionais enfrentados por instituições acadêmicas e editoras, juntamente com o potencial impacto no bem-estar dos pesquisadores e a interrupção das atividades de pesquisa, são fatores prováveis que contribuíram para essa redução. Apesar dessas

adversidades, observou-se um leve aumento nas publicações em 2023, embora esse crescimento tenha sido modesto.

Dentro da categoria “Ciências da Natureza”, que agrupa os artigos que não especificam a subárea de conhecimento, constatou-se que esta representou 42,39% do total de publicações, evidenciando ser a mais volumosa em termos de produção científica. Entre as áreas específicas, a Biologia se destacou significativamente, sendo responsável por 29,35% das publicações, com um notável aumento no número de artigos publicados em 2023. Em contraste, as disciplinas de Física e Química apresentaram cada uma 14,13% do total das publicações. Notavelmente, não foram registrados artigos na área de Física nos anos de 2017 e 2019, indicando uma lacuna na continuidade da pesquisa nessa disciplina.

Como critério de avaliação, utilizou-se a classificação Qualis dos periódicos nos quais cada artigo foi publicado. A classificação Qualis é um sistema desenvolvido pela CAPES para avaliar a qualidade dos veículos de publicação das produções científicas. Este sistema categoriza os periódicos em diferentes estratos, a saber: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Os estratos A1 e A2 representam os periódicos de mais alto nível, com elevado impacto e ampla visibilidade internacional, sendo o estrato A1 o mais prestigioso. Em contrapartida, o estrato C inclui periódicos que não atendem aos critérios mínimos de internacionalização ou impacto. Esta classificação reflete a qualidade e a relevância científica das publicações, sendo um indicador importante da influência e reconhecimento dos trabalhos acadêmicos. O gráfico 2 apresenta a distribuição dos artigos analisados de acordo com a classificação Qualis dos periódicos em que foram publicados, permitindo uma visão clara da qualidade, relevância e confiabilidade das pesquisas incluídas nesta revisão.

GRÁFICO 2 - Distribuição dos Artigos por Classificação Qualis dos Periódicos



O gráfico apresenta a distribuição dos artigos analisados conforme a classificação Qualis dos periódicos onde foram publicados. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

De acordo com o gráfico 2, o estrato A1 representa 25% dos artigos analisados, enquanto o estrato A2, que contém a maior quantidade de artigos, representa 28,26%. A predominância

dos artigos nos estratos A1 e A2 indica que uma significativa parte das pesquisas foi publicada em periódicos de excelente qualidade, demonstrando alta relevância e reconhecimento internacional. Isso também revela a importância crescente da discussão sobre educação inclusiva nas ciências da natureza no cenário acadêmico global. Os estratos A3, A4, B1, B2, B3 e B4 possuem, respectivamente, 16,3%, 15,22%, 10,87%, 2,73%, 1,08% e 1,08% das publicações. O estrato C não apresenta nenhuma publicação. A diminuição do número de artigos nos estratos de classificação inferior destaca a preferência dos pesquisadores por publicar em periódicos que atendem a critérios rigorosos de impacto e qualidade. Essa tendência assegura que o tema de educação inclusiva nas ciências da natureza mantenha sua relevância e visibilidade, contribuindo para a credibilidade e o alcance das pesquisas na comunidade acadêmica.

Os artigos foram categorizados conforme a temática predominante em cada um deles. As categorias temáticas, juntamente com suas respectivas definições e o número de artigos em cada categoria, estão detalhadas no Quadro 1.

QUADRO 1 – Número de artigos por Categoria Temática

Categorias Temáticas	Definição	Nº de artigos
Investigação do cenário de publicações	Envolve estudos que analisam a literatura existente sobre educação inclusiva e ciências da natureza. Inclui revisões sistemáticas, meta-análises, e mapeamentos bibliográficos que investigam tendências, lacunas de pesquisa e o estado atual do conhecimento sobre o tema.	26
Recurso didático	Abrange a criação, adaptação e uso de materiais didáticos específicos para apoiar a aprendizagem de estudantes com deficiência	20
Ensino e Aprendizagem	Contempla atividades e sequências didáticas como também discutem, desenvolvem ou divulgam estratégias de ensino	16
Experiência e Percepção de Professores Frente à Inclusão	Foca nas percepções, atitudes e experiências dos professores em relação à inclusão de estudantes com deficiência. Inclui estudos sobre as crenças dos professores, suas práticas inclusivas, os desafios que enfrentam e suas necessidades de apoio e recursos para promover a inclusão efetiva.	14
Formação de Professores	Engloba pesquisas sobre a preparação e capacitação de professores para trabalhar com estudantes com deficiência. Isso inclui programas de formação inicial e continuada e o desenvolvimento de competências inclusivas	9
Currículo	Discute currículos de cursos de licenciaturas em ciências, documentos nacionais sobre currículo e Adaptação Curricular	4
Experiências do Estudante PCD	Relata as impressões e percepções sobre as práticas de inclusão e os desafios enfrentados por estudantes PCD em seu percurso escolar	2
Acessibilidade arquitetônica	Apresenta recursos que viabilizam o acesso ou espaços adaptados ao ensino de Ciências para de PCD	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

A maioria dos artigos sobre Educação em Ciências e Educação Inclusiva se concentra na investigação do cenário de publicações, abordando diversos focos, como: Ciências Naturais e Deficiência Visual, Ensino de Ciências e Educação Especial, Ensino de Ciências e Deficiência Auditiva, Ensino de Ciências e Estudantes com TEA, Ensino de Física e Deficiência Auditiva,

Ensino de Física e Deficiência Visual, Ensino de Química e Educação Inclusiva, Ensino de Química e Deficiência Auditiva, Recursos Didáticos e Deficiência Visual, Materiais Didáticos de Ciências e Inclusão, Formação de Professores de Biologia e Inclusão, e Base Nacional Comum e Inclusão. Esses estudos são fundamentais para identificar lacunas, mapear tendências de pesquisa e orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

As categorias "Recurso Didático" e "Ensino e Aprendizagem" evidenciam como materiais adaptados e aulas planejadas para estudantes com deficiência, junto a outras estratégias metodológicas, impactam positivamente a aprendizagem, participação e comunicação desses alunos. Essas abordagens demandam que os professores possuam conhecimento especializado para trabalhar com esses estudantes. Além disso, algumas propostas utilizam materiais de baixo custo, o que não só incentiva o uso de materiais sustentáveis e recicláveis, mas também os torna acessíveis para escolas e professores com recursos financeiros limitados.

Os artigos sobre a experiência e percepção de professores frente à inclusão revelam diversos desafios teóricos, técnicos e práticos. Muitos professores demonstram confusão sobre o conceito de inclusão e estão alheios às necessidades dos estudantes, resistindo ao ensino inclusivo ou acreditando que estão incluindo quando não estão. A falta de parceria e comunicação entre professores de salas comuns e de atendimento especializado é uma questão recorrente. Embora alguns professores se sensibilizem e adaptem suas práticas para incluir estudantes com deficiência, muitos relatam insegurança para atender às demandas pedagógicas e dificuldades em trabalhar simultaneamente com estudantes com e sem deficiência. Essa insegurança é frequentemente atribuída a uma formação insuficiente, que não fornece os subsídios e práticas necessárias para a inclusão educacional.

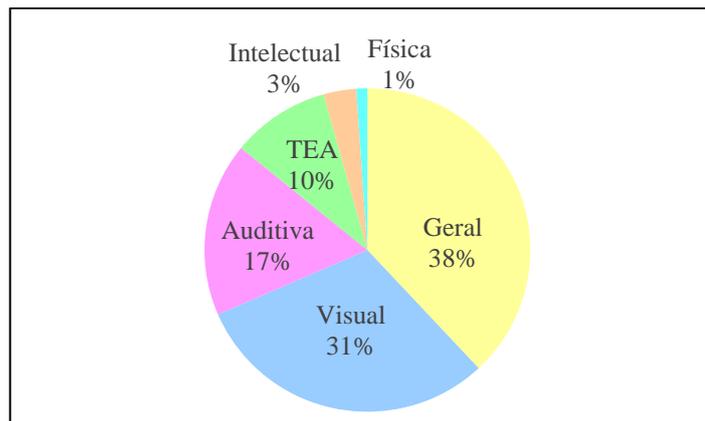
Os artigos que abordam a formação de professores relatam que os cursos de formação inicial não têm preparado eficientemente os docentes para atuar com a Educação Inclusiva. Eles alertam para a necessidade de um contato mais direto com esse público, fornecendo conhecimento sobre questões políticas e históricas relacionadas às Pessoas com Deficiência e destacando a importância da formação continuada como forma de atualização para lidar com esses desafios.

Nos artigos sobre currículo, reafirma-se a necessidade de formação continuada e a discussão sobre currículo como imprescindível para a inclusão. É destacada a necessidade de adaptações curriculares de acordo com o público-alvo, mostrando que uma abordagem flexível e inclusiva é fundamental para promover a inclusão educacional efetiva.

Por fim, estão os artigos que tratam da experiência do discente com deficiência e de acessibilidade arquitetônica. Os poucos artigos que tratam da experiência do discente com deficiência apontam a sub-representação dessas pessoas no que se refere a compreensão real das necessidades e desafios enfrentados por estudantes com deficiência podendo resultar em abordagens educativas que não consideram todas as complexidades envolvidas. Todos os estudos sobre a experiência do estudante com deficiência falam sobre o processo de inclusão no ensino superior. Relata-se, por um lado, o apoio de familiares e amigos que os conduziram a chegada no ensino superior entretanto há o enfrentamento de barreiras como a dificuldade de ter materiais didáticos acessíveis, barreiras na adaptação dos processos avaliativos e metodológicos e isolamento dos colegas que impedem a plena vivência no curso.

Em relação às deficiências abordadas nas publicações, o gráfico 3 detalha uma visão dos focos das pesquisas:

GRÁFICO 3 – As deficiências mais abordadas nas publicações acadêmicas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

A maior categoria refere-se aos artigos que discutem a inclusão de forma ampla e generalizada, sem especificar o tipo de deficiência. Esta abordagem pode indicar uma visão holística das práticas inclusivas, mas pode carecer de detalhes específicos sobre necessidades individuais.

A segunda maior categoria mostra uma forte ênfase em estudos relacionados a estudantes com deficiência visual. Isso pode ser explicado pela predominância de recursos visuais e procedimentos na área das ciências naturais, incentivando a pesquisa focada em adaptações para esses estudantes. A deficiência auditiva ocupa a terceira posição em volume de estudos, justificada pela inclusão de métodos de comunicação específicos e pela atenção tradicionalmente recebida devido ao impacto direto na comunicação.

Por fim, as categorias relacionadas a TEA, deficiência intelectual e deficiência física apresentam um menor número de publicações. Isso pode indicar uma necessidade urgente de

mais pesquisas voltadas para esses grupos, a fim de desenvolver práticas educativas inclusivas que atendam às suas necessidades específicas.

O movimento de inclusão exige uma compreensão aprofundada do cenário educacional para pessoas com deficiência. Observa-se uma tendência nos trabalhos, apesar dos diferentes focos, em investigar o cenário das publicações, sendo a maioria dos trabalhos bem avaliados. Além disso, abordam a educação inclusiva considerando as deficiências de maneira abrangente. Esses resultados obtidos destacam a complexidade e a natureza multifacetada da inclusão de estudantes com deficiência na educação em ciências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este panorama da Educação Inclusiva, com recorte na Educação em Ciências, revela as limitações do atual paradigma da inclusão, destacando várias questões que indicam a falta de uma educação verdadeiramente inclusiva. Embora tenha havido um crescimento no número de publicações, especialmente em 2021, esse aumento está muito aquém da necessidade de trabalhos sobre o tema. A maior produção de artigos que investigam o cenário de publicações frequentemente resulta em conclusões repetitivas, e por estar em maior número pode evidenciar um menor investimento - que é fundamental - em pesquisas empíricas e aplicadas.

É possível observar que a concentração dos trabalhos no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento de recursos didáticos pode resultar em uma visão restrita do processo educacional. Frequentemente, essa abordagem desconsidera a diversidade dos ambientes de ensino e dos grupos de estudantes, ignorando diferenças culturais, socioeconômicas e de infraestrutura. Como resultado, os achados dessas pesquisas muitas vezes não se aplicam à realidade prática.

Adicionalmente, nota-se em alguns trabalhos uma negligência em relação a outros fatores importantes, como a difícil adaptabilidade dos recursos e estratégias didáticas para diferentes tipos de deficiência. Muitas vezes, esses recursos não são testados com estudantes com deficiência para avaliar sua eficácia, o que limita ainda mais a aplicabilidade e a relevância dessas pesquisas.

Ainda, junto a essas questões, há uma sub-representação dos estudantes com deficiência expressas pelos poucos números de publicações que abordam suas experiências, invisibilizando suas necessidades e desafios. Essa lacuna resulta em abordagens educativas que frequentemente não consideram as complexidades envolvidas e contribuem para a realização de práticas pedagógicas insuficientes e, muitas vezes, inadequadas para atender às demandas específicas.

Os resultados expressam a sutileza da Violência Simbólica na imposição de sistemas de significação e significados legítimos através de relações de poder que se traduzem em práticas e estruturas que perpetuam a dominação (Bourdieu, 2019). Essa violência se manifesta por meio de currículos inadequados, professores despreparados, uma formação inicial que não contempla a diversidade, materiais e estratégias didáticas deficientes, e a sub-representação das vozes das pessoas com deficiência na expressão de suas necessidades e desejos.

Embora este trabalho esteja delimitado na Educação em Ciências, e também seja mais um trabalho de investigação do cenário de publicações, foi necessário realizar esta análise para pressupor que há uma certa inércia nas pesquisas acadêmicas diante dos novos desafios da inclusão. Os resultados revelam que estamos longe de alcançar a Meta 4 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A inclusão eficaz exige uma compreensão aprofundada das barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência e uma abordagem holística que considere as dimensões sociais, culturais e afetivas envolvidas no processo educacional.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 208 p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed.: Editora Vozes, 2014. 280 p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de saúde: 2019: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde** : Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: pessoas com deficiência 2022. Brasília - Df: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Ibge, 2022a.

BRASIL. **Portal de Periódicos da CAPES**: quem somos. Quem somos. 2024. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022**. Brasília - Df: Inep/Mec, 2022b.

DENYER, D.; TRANFIELD, D. Producing a Systematic Review. **The SAGE Handbook of Organizational Research Methods**, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Guanabara, 2004.

RIBEIRO, Ernani Nunes. **Retratos de um professor universitário surdo**: experiências frente os paradoxos da inclusão/excludente educacional. 2020. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutora em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; MARANHE, Elisandra André (org.). A história da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência. In: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim (org.). **Educação Inclusiva: Fundamentos históricos, conceituais e legais**. Bauru: Unesp, 2012. p. 11-45. (2).

ROSSETTO, E.; ADAMI, A. S.; KREMER, J.; PAGANI, N.; SILVA, M. T. N. ASPECTOS HISTÓRICOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. p. 103–108, 2000. DOI: 10.17648/educare.v1i1.1013

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16.

GOALS, United Nations Sustainable Development. **17 Goals to Transform Our World.**: United Nations, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>. Acesso em: 10 fev. 2024.